

POR UM PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS SOCIAL E PARTICIPATIVO

Avaliação sobre o Programa Nacional de Florestas (PNFs)
Belém, 27 de junho de 2003

Conclusões e Recomendações do Seminário

“Por um Programa Nacional de Florestas Social e Participativo”

As organizações presentes no seminário “POR UM PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS SOCIAL E PARTICIPATIVO” cientes do potencial do Programa Nacional de Florestas (PNF) para o desenvolvimento de uma economia na região amazônica baseada em florestas que seja sustentável e justa, urgentemente solicitam ao Ministério do Meio Ambiente, como coordenador do programa, um debate amplo sobre as prioridades, metas e ações do PNF.

O PNF é o instrumento de implementação da política florestal brasileira e foi criado em 2000 durante o governo do Fernando Henrique Cardoso sem uma satisfatória participação da sociedade civil. A missão desse programa é promover o desenvolvimento sustentável do setor florestal, maximizando os benefícios sociais e econômicos e minimizando os potenciais danos ecológicos provocados sobre os ecossistemas da região.

O amplo debate com a sociedade civil sobre o PNF, mesmo com a mudança de governo, ainda não foi realizado. As populações rurais que ocupam aproximadamente um terço das florestas amazônicas e totalizam seis milhões de pessoas, incluindo agricultores familiares, populações tradicionais e povos indígenas reivindicam um espaço para participação efetiva.

Um melhor conhecimento e entendimento sobre o PNFs levará a melhorias na definição das suas metas e prioridades e isso permitirá a inclusão das demandas genuínas das populações rurais, assegurando o sucesso na implementação do programa na Amazônia.

Nesse contexto, pesquisadores, autoridades governamentais, organizações não-governamentais, movimentos sociais de base, doadores e especialistas presentes no seminário “Por um Programa Nacional de Florestas Social e Participativo”, no dia 27 de junho de 2003, reivindicam:

- **Criação e implementação de mecanismos efetivos de participação social no PNFs.**

• **Estabelecimento de uma estratégia de comunicação efetiva e confiável com as partes interessadas nas ações do PNFs.**

• **Viabilização de uma agenda florestal mínima do movimento social dentro do “Plano Emergencial” do PNFs. Isso tem como objetivo transformar a “lista de problemas” identificados no seminário em um plano de ação para o PNFs no curto prazo.**

Instituições

- 1 Associação Ambientalista da Amazônia (Argonautas)
- 2 Associação Comunitária dos Trabalhadores na Agricultura e Agropecuária do Igarapé da Anta (ACATAIA)
- 3 Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Santo Antônio (APRCA)
- 4 Associação Floresta Protegida (AFP)
- 5 Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)
- 6 Comissão Pastoral da Terra (CPT/Xingu)
- 7 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
- 8 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- 9 Dep. Estadual do Partido dos Trabalhadores Airton Faleiro
- 10 Environmental Defense Fund - Fundo de Defesa Ambiental (EDF)
- 11 Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE)
- 12 Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Regional Baixo Amazonas (FETAGRI-BAM)
- 13 Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO)
- 14 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (FETACRE)
- 15 Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- 16 Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
- 17 Fundação Floresta Tropical (FFT)
- 18 Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP)
- 19 Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- 20 Instituto Centro de Vida (ICV)
- 21 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- 22 Instituto Socioambiental (ISA)
- 23 Manejo Florestal e Prestação de Serviços (MAFLOPS)

- 24 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/Pará)
- 25 Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA/UFPA)
- 26 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba (STR)

Anexo 1. Problemas, mudanças desejadas e intervenções necessárias identificadas durante os grupos de trabalho

Grupo: Extrativistas, Ribeirinhos e Povos Indígenas

Problemas	Mudanças desejadas	Intervenções necessárias
1. ênfase em uma política setorial, isolada das realidades locais e políticas de desenvolvimento territorial.	1. Observação das necessidades imediatas	1. Criação de planos de desenvolvimentos regionais multi-setoriais (integrar agricultura, pesca, florestas, infra-estrutura e crédito)
2. Desfavorecimento dos extrativistas e comunidades indígenas na cadeia produtiva	2. Agregar valores dos produtos em prol das comunidades produtoras	2. Implantação de pequenas e médias indústrias
3. Ausência de regularização fundiária	3. criação de ucs de uso sustentável (resex, rds)	3. criação de instâncias governamentais exclusivas para atender as demandas (institutos, agências)
4. Exploração ilegal de madeira	4. Gestão territorial <ul style="list-style-type: none"> Assistência para construção de planos de fiscalização compartilhada com órgãos federais, estaduais e municipais. 	4. apoio à concepção de planos de monitoramento pelas próprias comunidades
5. Falta de abertura para discussão do PNFs <ul style="list-style-type: none"> Estratégia de comunicação fraca Metas e prioridades pré-concebidas Pouco entendimento do PNFs pelas populações rurais amazônicas Interesse das pop. rurais não estão presentes no PNFs. 	5. Inclusão de novas idéias <ul style="list-style-type: none"> Comunicar de forma mais efetiva e clara com as populações rurais amazônicas Revisão das metas e prioridades Transformar o modelo de participação social de passivo para iterativo 	5. Produção de documento político contendo propostas <ul style="list-style-type: none"> O governo federal deve auxiliar financeiramente e tecnicamente o desenvolvimento da agenda mínima florestal das populações rurais amazônicas criar mecanismos de participação e sistematização de propostas; As metas e prioridades estabelecidas

		<p>nesse grupo devem ser cumpridas em prazo determinado e monitoradas pelo governo em parceria com atores interessados e sociedade da aplicação dos recursos do PNF</p>
6. Ir além de produtos madeireiros	<p>6. A programa deve incluir uma estratégia de ação para os PFNM (borracha, castanha, óleos, copaíba, coco, babaçu);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao cooperativismo • Fortalecimento institucional (empoderamento das populações rurais) • Ações práticas para viabilizar manejo em comunitário (madeireiro) • Certificação florestal (PFNM e MAD) 	<p>6. Políticas de incentivo financeiro para as atividades extrativistas e de compensação por serviços ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demarcar as terras indígenas • Criar novas reservas extrativistas • Facilitar planos de manejo florestal de uso múltiplos em terras indígenas e reservas extrativistas • Preço mínimo para produtos florestais • Recursos dirigidos a capacitação de lideranças • Facilitar a certificação florestal nas áreas dos povos indígenas e extrativistas
7. escoamento da produção	7. Infraestrutura e linhas de crédito para a comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar crédito em uma escala compatível com o desafio das populações rurais • Facilitar o acesso ao crédito (informar as lideranças rurais sobre a disponibilidade e processos para obtenção do crédito)

AGRICULTURA FAMILIAR	Mudanças desejadas	Intervenções necessárias
<p>a) Regularização fundiária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grilagem de terras públicas • Inexistência de cadastro único de registro de imóveis rurais • Migração interna de agricultores familiares na Amazônia para novas fronteiras • Falta de melhoria da legislação • Áreas de reserva legal pequenas ou muito alteradas 	<p>a) Regularização fundiária</p>	<p>a) Regularização fundiária</p>
<p>b) Regulamentação do manejo florestal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes situações para reserva legal a serem pensadas, para diferentes tipos de atores e situações; • Atores econômicos com influência política e econômica estão se apropriando dos mecanismos que facilita manejo florestal criados para os pequenos produtores rurais; • Alta rotatividade das leis criando dificuldades de implementação; • Forma como as leis são elaboradas (de cima pra baixo, sem participação opinião das 	<p>b) Regulamentação do manejo florestal</p>	<p>b) Regulamentação do manejo florestal</p>

<p> pessoas que vão implementa-las no campo – pop. rural) <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de pensar o sistema de manejo integrado dentro da lógica de utilização da propriedade rural das populações rurais amazônicas; </p>		
<p> c) Operacionalização que envolve assistência técnica, capacitação e formação <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de pensar o sistema de manejo integrado dentro da dentro da lógica de utilização da propriedade rural das populações rurais amazônicas; • Desconhecimento do solo pelo agricultor (falta de orientação técnica); • Falta de apoio das instituições locais para utilização sustentável dos recursos naturais e agrícolas (técnico) • Falta de tradição florestal • Áreas de reserva legal pequenas ou muito alteradas; • Dificuldades de escoamento da produção dos pequenos produtores rurais; </p>		

<ul style="list-style-type: none">• Falta de assistência técnica e capacitação para manejo florestal e as diferentes opções de agricultura (orgânica, agroecológica, mecanizada, etc..)• Nivelar as condições de mercado de forma que permita a participação dos pequenos produtores rurais no manejo florestal;• Assistência técnica para recuperação das áreas degradadas das pequenas propriedades rurais;• Conhecimento técnico (silvicultural) das espécies que poderiam recuperar as áreas degradadas.		
---	--	--

d) Mecanismos de participação social e fortalecimento das organizações sociais

- Internalizar uma agenda florestal dentro das entidades de representação dos movimentos sociais;
- Forma como as leis são elaboradas (de cima pra baixo)
- Falta de inserção dos pequenos nas discussões sobre a legislação florestal, sobre o desenvolvimento de uma política florestal coerente para os pequenos produtores rurais;
- Fortalecimento das organizações dos pequenos produtores para melhorar as transações comerciais - hoje são injustas;
- Falta de organização comunitária;
- Inexistência de um plano de desenvolvimento local com características apropriadas para cada região (Zoneamento regional);
- Mecanismos de participação efetiva dos seguimentos da sociedade no Programa Nacional de Florestas

<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver junto com o movimento social a viabilização de uma agenda florestal mínima dentro do PNFs.		
--	--	--

<p>e) Aspectos Institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento parcial ou total da das leis florestais; • Inexistência de apoio articulado entre as diversas instituições para o desenvolvimento local (infraestrutura, educação, crédito, extensão e controle e monitoramento); • Mecanismos criados para os pequenos são apropriados pelos grandes. • Internalizar uma agenda florestal dentro das entidades de representação dos movimentos sociais; • Migração interna de agricultores familiares na Amazônia para novas fronteiras; • Políticas estaduais em conflito com políticas nacionais; • Alta rotatividade das leis ; • Forma como as leis são elaboradas (de cima pra baixo); • Falta de implementação das leis; • Impunidade dos grandes infratores • Órgãos públicos omissos e muitas vezes em favor dos grandes produtores; 		
--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Falta de políticas educacionais voltadas para as realidades locais; • Falta de organização do INCRA e IBAMA; • Despreparo total do IBAMA, INCRA e Bancos governamentais quanto as atividades florestais desenvolvidas pelo pequeno produtor rural; • Falta de fiscalização • Corrupção e violência - problemas intimamente ligados; 		
<p>f) Incentivos econômicos para produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preço mínimo para produtos florestais • Transações comerciais injustas com o pequeno produtor; • Falta de linhas de crédito liberadas para as diferentes etapas da cadeia produtiva florestal (linhas diferenciadas) • Créditos não favorecem os pequenos produtores (FNO) • Dificuldade no acesso ao crédito • Integrar o PNFs com o PRO-AMBIENTE; • Viabilizar o pagamento por serviços ambientais 		

<p>g) Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none">• Modelo tecnológico capaz de compatibilizar o setor florestal e agrícola;• Falta de estudos técnicos e científicos;• Falta de estudos de mercado;• Falta de estudos sobre a gestão de negócios sustentáveis para os pequenos produtores rurais;• Falta de estudos de modelagem sobre os diferentes impactos (custos e benefícios) das diferentes estratégias políticas.		
--	--	--

Anexo 2. Lista de Participantes

Participantes	
Airton Faleiro Dep.Est.PT – Gabinete 4P5 Rua do Aveiro, 130 – Cidade Velha Cep: 66020-070 – Belém-PA	Antônia Lima Santos CPT-XINGU
Alberto D. Paratuba ACROPASA BR 163, Rod. Santarém-Cuiabá Vicinal do Km 124	Antônio José Bentes IPAM- Santarém Rua Rui Barbosa, 136 – Prainha Cep: 68005-080 –Santarém –PA
Alcenir Monteiro MST e-mail: mstpa@uol.com.br	Benno Pokorny Convênio Embrapa-CPATU/ Embrapa Amazônia Oriental - CIFOR Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco
Alcione Sousa GTZ Tv. Lomas Valentinas, 2717 bairro: Marco Cep: 66095-770 Fone 276-3780 e-mail: alcioneccs@yahoo.com.br	Carla Godinho GTZ Tv. Lomas Valentinas, 2717 bairro: Marco Cep: 66095-770 Fone 276-3780 e-mail: simone-godinho@yahoo.com.br
Amujaci Brilhante ARGONAUTAS Amb. Amazônia Trav. Barão do Triunfo 1260 Cep :66085-750- -Pedreira	Carlos Augusto FASE Tv. Quintino Bocaiúva, 1273 – Nazaré Cep: Belém-PA
Ana Cristina Oliveira IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail:	Carmen Garcia Fernandez Convênio Embrapa-CPATU/ Embrapa Amazônia Oriental - CIFOR Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco
Ana Lúcia da Cruz USAID Sés. Av. das Nações, Quadra 801 – Lote 3 Cep: 70403-900 – Brasília – DF- Brasil e-mail: alcruz@usaid.gov (061) 312-7235	César Assunção da Silva ACTARIA Comunidade ANTA, KM 101, BR 163 (093) 523-9714
Ana Paula dos Santos Souza FVPP Rua Anchieta, 2092 Perpetuo Socorro Altamira, PA, 68371-190 e-mail: paulinha.xingu@bol.com.br	Cláudia Ramos IPAM-Brasília SCLN 210 – Bl C Sala 211 Cep: 70862-530 Brasília-DF cramos@amazon.com.br
Ana Rosa Figueiredo GTZ Tv. Lomas Valentinas, 2717 bairro: Marco Cep: 66095-770 Fone 276-3780 e-mail: anarms@yahoo.com.br	Domingas do Socorro da Silva Paixão ACROPASA Comunidade de Santo Antônio – Km 124, BR 163 (93) 523-9714
André Dias FFT Tv. 14 de abril, 1464 CEP: 66063-140Belém-PA Fone: 229-8371 e-mail: adias@fft.org.br	Eirivelton Lima IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: lrodrigues@amazon.com.br

<p>Elizabeth Amaral IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA E-mail: elizabeth@ipam.org.br</p>	<p>José Benatti IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail:</p>
<p>Elza Silva IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: elza@ipam.com.br</p>	<p>Juan Carlos Rueda CNS-Santarém e-mail: ensalter@netsau.com.br e juancns@org.com.br</p>
<p>Escrew Sompres COIAB-PALMAS Centro Empresarial Assis Chateaubriand, SRTVS, Quadra 701, Bl 1, Sala 05 Cep: 70340-906</p>	<p>Kemel IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail:</p>
<p>Fidelis Paixão ARGONAUTAS Amb. Amazônia Trav. Barão do Triunfo 1260 – Altos (esq. Antonio overdosa) Cep :66085-750- -Pedreira Fone: 9146-3707 e-mail: fidelis@argonautas.org.br</p>	<p>Liana da Silva Rodrigues IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: lrodrigues@amazon.com.br</p>
<p>Francisco Fonseca SCA/MMA/PA Trav. Lomas Valentinas, 2717 – Ed. Itacaunas – Marco Cep: 66095-770 – Belém-PA</p>	<p>Luciano Mattos EMBRAPA- Sede Parque Estação Biológica – PqEB Av. W3 Norte (final)- Cep: 70.770-901 – Brasília-DF e-mail: luciano.mattos@embrapa.br</p>
<p>Gabriel Medina Convênio Embrapa-CPATU/ Embrapa Amazônia Oriental - CIFOR Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco</p>	<p>Lucimar Souza IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail:</p>
<p>Henriette Barros - Gab. Dep. Ann Pontes Câmara dos Deputados Anexo 4 – Gabinete 919 CEP: 70160-900 Brasília-DF</p>	<p>Luiz Ivan de Oliveira Sind. Trab. Rurais Av. Fernando Guilhon, 1219 CEP: 68180-110 Itaituba-PA</p>
<p>Henrique de Barros UFRPE dbarros@fundaj.gov.br</p>	<p>Luke Watson DFID/EMBRAPA Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco</p>
<p>Ilana Gorayeb Damasceno GTZ Tv. Lomas Valentinas, 2717 Cep: 66095-770 – Belém-PA Fone 276-3780 e-mail: ilana@globo.com</p>	<p>Manoel Amaral Neto GI/MFC/IEB</p>
<p>Jan Rogge - FAOR Av. Senado Lemos, 557 – Umarizal Cep: 66050-000 Belém-PA e-mail: faor@amazon.com.br</p>	<p>Manoel Carlos Dantas FETAGRE- Ji-Paraná Rua Pare Adolfo Rohl, 696 – Casa Preta Cep: 78961-420 Ji-Paraná</p>
<p>João de Jesus Ibiriba Lima BASA Av. Pedro Miranda, Pedreira Cep: Fone: 216-3064 e-mail: jonnhi@amazon.com.br</p>	<p>Marcus Vinícius Neves d'Oliveira EMBRAPA-Acre BR 364, KM 14 Caixa Postal 321 Cep: 69901.180 Rio Branco -AC Fone: (68) 212-3252 e-mail: muno@cpafac.embrapa.br</p>

<p>Maria de Aquino GTA SAIS Lote 08 Galpão nº1 – Canteiro Central do Metrô Fone: (61) 346-7048 ou 345-8589 e-mail:</p>	<p>Silvio Brienza Embrapa-CPATU Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco E-mail: silvio.brienza@embrapa-cpatu.org.br</p>
<p>Maria Elza Ezequiel de Abreu Sind. Trab. Rurais Av. Fernando Guilhon, 1219 – Jardim das Araras CEP: 68180-110 Itaituba-PA</p>	<p>Tasso R. de Azevedo MMA/Secret. Biodiversidade de Florestas. Esplanada dos Ministérios BI B Cep: 70068-900 Brasília-DF</p>
<p>Maria Rosenildes G. dos Santos IPAM-Santarém Rua Rui Barbosa, 136 – Prainha Cep: 68005-080 –Santarém –PA</p>	<p>Thomas Hurtienne NAEA/UFPA Av. Augusto Corrêa, s/n Cep: 66075-900</p>
<p>Marisa Fonseca IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail:</p>	<p>Vanda Seixas IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: vanda@ipam.org.br</p>
<p>Osmar Aguiar EMBRAPA Av. Dr. Enéas Pinheiro s/n - Cep: 66095-100 Marco</p>	<p>Vivian Zeidemann Associação Floresta Protegida v.zeidemann@bno.com.br</p>
<p>Oswaldo de Carvalho Jr. IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: oswaldo@ipam.org.br</p>	
<p>Paulo Oliveira PPG-7/MMA SCF Quadra 6, Nº 50 Ed. Sofia CEP: 70306-000 Brasília-DF Fone (6) 325-6713 e-mail: paulo-oliveira jr@mma.gov.br</p>	
<p>Rafael Henriques Museu Goeldi Av. Magalhães Barata, 376 Cep: 66040-170 Belém-PA</p>	
<p>Regina Rodrigues de Freitas FETAGRE-Rio Branco Av. Getúlio Vargas 2678 - Bosque Fone: (68)223.1361 e-mail: fetagre@uol.com.br</p>	
<p>Rosana Gisele Cruz Pinto da Costa IPAM Av. Nazaré, 669 Cep: 66035-170 Belém-PA e-mail: rgisele@amazon.com.br rosana@ipam.org</p>	
<p>Silvia Maria Costa Nicola GTA SAIS Lote 08 Galpão nº1 – Canteiro Central do Metrô Fone: (61) 346-7048 ou 345-8589 e-mail: proteger@gta.org.br</p>	